



# A Santa Sé

---

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE

**BENTO XVI**

PARA A CELEBRAÇÃO DO

**DIA MUNDIAL DA PAZ**

*1 DE JANEIRO DE 2006*

**NA VERDADE, A PAZ**

1. Com a tradicional *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, ao início do ano novo, desejo fazer chegar afectuosos votos a todos os homens e mulheres da terra, e de modo particular a quantos sofrem por causa da violência e dos conflitos armados. São votos repletos de esperança por um mundo mais sereno, onde cresça o número daqueles que, individual ou comunitariamente, se empenham a percorrer os caminhos da justiça e da paz.

2. Desde já gostaria de prestar um sincero tributo de gratidão a meus predecessores, os grandes Pontífices Paulo VI e João Paulo II, claridentes obreiros da paz. Animados pelo espírito das Bem-aventuranças, souberam ler, nos numerosos acontecimentos históricos que marcaram os respectivos pontificados, a intervenção providencial de Deus que jamais Se esquece da sorte do género humano. Repetidas vezes, como infatigáveis mensageiros do Evangelho, convidaram toda a pessoa a recomeçar de Deus para se conseguir promover uma convivência pacífica em todas as regiões da terra. É na esteira deste nobilíssimo ensinamento que se coloca a minha primeira Mensagem para o Dia Mundial da Paz: através dela, desejo uma vez mais reiterar a firme vontade da Santa Sé de continuar a servir a causa da paz. O próprio nome — Bento — que escolhi no dia da eleição para a Cátedra de Pedro, pretende indicar o meu convicto empenho a favor da paz. De facto, com ele quis fazer alusão seja ao Santo Patrono da Europa, inspirador de uma civilização pacificadora no Continente inteiro, seja ao Papa Bento XV, que condenou a I Guerra Mundial como um « inútil massacre » [1] empenhando-se para que fossem reconhecidas por todos as razões superiores da paz.

3. O tema de reflexão deste ano — « *Na verdade, a paz* » — exprime esta convicção: sempre que

o homem se deixa iluminar pelo esplendor da verdade, empreende quase naturalmente o caminho da paz. A constituição pastoral *Gaudium et spes* do Concílio Ecuménico Vaticano II, concluído há 40 anos, afirma que a humanidade não conseguirá « construir um mundo mais humano para todos os homens, a não ser que todos se orientem com espírito renovado para a verdade da paz ». [2] Mas que significados pretende sugerir a expressão « verdade da paz »? Para se responder de maneira adequada a tal questão, é preciso ter em conta que a paz não pode ser reduzida a simples ausência de conflitos armados, mas tem de ser entendida como « um fruto da ordem que o divino Criador estabeleceu para a sociedade humana », uma ordem « que deve ser realizada pelos homens, sempre anelantes por uma mais perfeita justiça ». [3] Enquanto resultado duma ordem planeada e querida pelo amor de Deus, a paz possui uma intrínseca e irresistível verdade própria e corresponde « a um anseio e a uma esperança que vivem indestrutíveis em nós ». [4]

4. Assim delineada, a paz configura-se como dom celeste e graça divina, que requer, a todos os níveis, o exercício da nossa responsabilidade maior que é a de conformar — na verdade, na justiça, na liberdade e no amor — a história humana à ordem divina. Quando vem a faltar a adesão à ordem transcendente das coisas, assim como o respeito daquela « gramática » do diálogo que é a lei moral universal escrita no coração do homem, [5] quando fica obstaculizado e impedido o progresso integral da pessoa e a tutela dos seus direitos fundamentais, quando muitos povos são obrigados a suportar injustiças e desigualdades intoleráveis, como se pode esperar na consecução do bem da paz? De facto, faltam aqueles elementos essenciais que dão forma à verdade deste bem. Santo Agostinho descreveu a paz como « *tranquillitas ordinis* », [6] a tranquilidade da ordem, ou seja, aquela situação que, em última análise, permite respeitar e realizar cabalmente a verdade do homem.

5. E, então, quem e que coisa pode impedir a realização da paz? A este respeito, a Sagrada Escritura põe em evidência, no seu primeiro livro — o *Génesis* —, a mentira, pronunciada ao início da história pelo ser de língua bífida que o evangelista João designa como « pai da mentira » (*Jo* 8, 44). E a mentira é também um dos pecados que lembra a Bíblia no último capítulo do seu último livro — o *Apocalipse* —, ao referir a exclusão dos mentirosos da Jerusalém Celeste: « Ficarão de fora (...) todos os que amam e praticam a mentira » (22, 15). Com a mentira, está ligado o drama do pecado com as suas consequências perversas, que causaram, e continuam a causar, efeitos devastadores na vida dos indivíduos e das nações. Basta pensar naquilo que aconteceu no século passado, quando aberrantes sistemas ideológicos e políticos mistificaram de forma programada a verdade, levando à exploração e à supressão de um número impressionante de homens e mulheres, exterminando mesmo famílias e comunidades inteiras. Depois destas experiências, como não sentir-se seriamente preocupado diante das mentiras do nosso tempo, que enquadram cenários ameaçadores de morte em não poucas regiões do mundo? A busca autêntica da paz deve partir da consciência de que o problema da verdade e da mentira diz respeito a cada homem e mulher e aparece como decisivo para um futuro pacífico do nosso planeta.

6. A paz é anseio irreprimível presente no coração de cada pessoa, independentemente das suas identidades culturais específicas. Por isso mesmo, cada um deve colocar-se ao serviço de um bem tão precioso, trabalhando para que não se insinue qualquer forma de falsidade que venha contaminar a convivência. Todos os homens pertencem a uma única e mesma família. A excessiva exaltação das próprias diferenças contrasta com esta verdade basilar. É preciso recuperar a consciência de estarmos irmanados num mesmo e, em última análise, transcendente destino, para se poder valorizar da melhor forma as próprias diferenças históricas e culturais sem as contrapor mas, antes, harmonizando-as com os que pertencem a outras culturas. São estas verdades simples que tornam possível a paz; e são facilmente compreensíveis quando se escuta o próprio coração com pureza de intenção. A paz apresenta-se então de um modo novo: não como simples ausência de guerra, mas como convivência dos diversos cidadãos numa sociedade governada pela justiça, na qual se realiza também, na medida do possível, o bem de cada um deles. A verdade da paz chama todos a cultivarem relações fecundas e sinceras, estimula a procurarem e a percorrerem os caminhos do perdão e da reconciliação, a serem transparentes nas conversações e fiéis à palavra dada. De modo particular, o discípulo de Cristo, que se sente insidiado pelo mal e conseqüentemente necessitado da intervenção libertadora do divino Mestre, a Ele se dirige com confiança por saber que « Ele não cometeu pecado, e a sua boca não proferiu mentira » (1 Ped 2, 22; cf. Is 53, 9). Com efeito, Jesus definiu-Se a Verdade em pessoa e, falando em visão ao vidente do Apocalipse, declarou a sua total aversão a « todos os que amam e praticam a mentira » (Ap 22, 15). É Ele que manifesta a verdade total do homem e da história. Com a força da sua graça é possível estar na verdade e viver de verdade, porque só Ele é totalmente sincero e fiel. Jesus é a verdade que nos dá a paz.

7. A verdade da paz deve valer, e fazer valer o seu resplendor benéfico de luz, mesmo quando nos encontramos na trágica situação duma guerra. Os Padres do Concílio Ecuménico Vaticano II, na constituição pastoral *Gaudium et spes*, ressaltam que, « uma vez começada lamentavelmente a guerra, nem tudo se torna lícito entre as partes beligerantes ». [7] A Comunidade Internacional dotou-se de um direito internacional humanitário para limitar ao máximo, sobretudo nas populações civis, as conseqüências devastadoras da guerra. Em numerosas circunstâncias e com diversas modalidades, a Santa Sé manifestou o seu apoio a este direito humanitário, encorajando o seu respeito e pronta actuação, convencida de que existe, mesmo na guerra, a verdade da paz. O direito internacional humanitário deve ser incluído entre as expressões mais felizes e eficazes das exigências que derivam da verdade da paz. Por isso mesmo, o respeito de tal direito impõe-se como um dever para todos os povos. Há que apreciar o seu valor e garantir a sua correcta aplicação, actualizando-o com normas pontuais capazes de fazer frente aos mutáveis cenários dos conflitos armados em curso e também ao uso de novos armamentos cada vez mais sofisticados.

8. Penso com gratidão às Organizações Internacionais e a todos os que se esforçam quotidianamente pela aplicação do direito internacional humanitário. Como poderia aqui esquecer tantos soldados empenhados em delicadas operações que visam a conciliação dos conflitos e a

restauração das condições necessárias para a realização da paz? A eles desejo recordar também estas palavras do Concílio Vaticano II: « Aqueles que se dedicam ao serviço da pátria no exército, considerem-se servidores da segurança e da liberdade dos povos; na medida em que se desempenham como convém desta tarefa, contribuem verdadeiramente para o estabelecimento da paz ». [8] Neste exigente âmbito, coloca-se a acção pastoral dos Ordinariatos Castrenses da Igreja Católica: tanto para os Ordinários militares como para os capelães militares vai o meu encorajamento para que, em toda a situação e ambiente, se mantenham fiéis evangelizadores da verdade da paz.

9. Hoje em dia, a verdade da paz continua a ser comprometida e negada, de maneira dramática, pelo terrorismo que, com as suas ameaças e acções criminosas, é capaz de ter o mundo em estado de ansiedade e insegurança. Os meus predecessores Paulo VI e João Paulo II entrevistaram diversas vezes para denunciar a tremenda responsabilidade dos terroristas e para condenar a insensatez dos seus desígnios de morte. De facto, tais desígnios estão inspirados por um niilismo trágico e desconcertante, que o Papa João Paulo II descrevia com estas palavras: « Quem mata, com actos terroristas, cultiva sentimentos de desprezo pela humanidade, manifestando desespero pela vida e pelo futuro: nesta perspectiva, tudo pode ser odiado e destruído ». [9] E não é só o niilismo; também o fanatismo religioso, hoje frequentemente denominado fundamentalismo, pode inspirar e alimentar propósitos e gestos terroristas. Intuindo, desde o início, o perigo dilacerante que representa o fundamentalismo fanático, João Paulo II estigmatizou-o duramente, acautelando contra a pretensão de impor com a violência, em vez de propor à livre aceitação dos outros, a própria convicção acerca da verdade. Assim escrevia ele: « Pretender impor aos outros com a violência aquela que se presume ser a verdade, significa violar a dignidade do ser humano e, em última instância, ultrajar a Deus, de quem ele é imagem ». [10]

10. Bem vistas as coisas, o niilismo e o fundamentalismo relacionam-se de forma errada com a verdade: os niilistas negam a existência de qualquer verdade, os fundamentalistas avançam a pretensão de poder impô-la com a força. Mesmo tendo origens diversas e sendo manifestações que se inserem em contextos culturais distintos, o niilismo e o fundamentalismo têm em comum um perigoso desprezo pelo homem e sua vida e, em última análise, pelo próprio Deus. Com efeito, na base deste trágico recurso está, em definitivo, a falsificação da verdade plena de Deus: o niilismo nega a sua existência e providencial presença na história; o fundamentalismo fanático desfigura a sua face amorosa e misericordiosa, substituindo-O por ídolos feitos à própria imagem. Ao analisar as causas do fenómeno contemporâneo do terrorismo, é desejável que, além das razões de carácter político e social, se tenham em conta também as mais profundas motivações culturais, religiosas e ideológicas.

11. Perante os riscos que a humanidade vive em nossa época, é dever de todos os católicos intensificar, em todas as partes do mundo, o anúncio e o testemunho do « Evangelho da paz », proclamando que o reconhecimento da verdade plena de Deus é condição prévia e indispensável para a consolidação da verdade da paz. Deus é amor que salva, Pai amoroso que deseja ver os

seus filhos reconhecerem-se mutuamente como irmãos, procurando responsabilmente pôr os seus vários talentos ao serviço do bem comum da família humana. Deus é fonte inesgotável da esperança que dá sentido à vida pessoal e colectiva. Deus, e só Ele, torna eficaz qualquer obra de bem e de paz. A história demonstrou amplamente que, fazer guerra a Deus para extirpá-Lo do coração dos homens, leva a humanidade, assustada e empobrecida, para decisões que não têm futuro. Isto deve impelir os crentes em Cristo a fazerem-se testemunhas convictas de um Deus que é inseparavelmente verdade e amor, colocando-se ao serviço da paz numa ampla colaboração ecuménica e com as outras religiões e ainda com todos os homens de boa vontade.

12. Contemplando o actual contexto mundial, podemos com satisfação registar alguns sinais promissores no caminho da construção da paz. Penso, por exemplo, na diminuição numérica dos conflitos armados. Trata-se certamente de passos ainda muito tímidos na senda da paz, mas capazes já de perspectivar um futuro de maior serenidade, particularmente para as aflitas populações da Palestina, a Terra de Jesus, e para os habitantes de algumas regiões da África e da Ásia, que há vários anos esperam a conclusão positiva dos percursos iniciados de pacificação e reconciliação. São sinais consoladores que requerem, para ser confirmados e consolidados, uma acção concorde e diligente por parte sobretudo da Comunidade Internacional e dos seus Órgãos instituídos para prevenir os conflitos e dar solução pacífica aos que ainda perduram.

13. Mas, tudo isto não deve induzir a um ingénuo optimismo. De facto, não se podem esquecer os sangrentos conflitos fratricidas e as guerras devastadoras que ainda continuam, infelizmente, semeando lágrimas e morte em vastas zonas da terra. Há situações onde o conflito, que está latente como o fogo debaixo das cinzas, pode novamente alastrar causando destruições de alcance incalculável. As autoridades que, em vez de realizarem quanto está ao seu alcance para promoverem eficazmente a paz, fomentam nos cidadãos sentimentos de hostilidade contra outras nações, arcam com uma gravíssima responsabilidade: colocam em perigo, em regiões de alto risco, os delicados equilíbrios alcançados à custa de árduas negociações, contribuindo assim para tornar mais inseguro e nebuloso o futuro da humanidade. Além disso, que dizer dos governos que contam com as armas nucleares para garantir a segurança dos seus países? Juntamente com inúmeras pessoas de boa vontade, pode afirmar-se que tal perspectiva, além de ser funesta, é totalmente falaz. Numa guerra nuclear, não haveria realmente vencedores, mas apenas vítimas. A verdade da paz requer que todos — tanto os governos que de forma explícita ou tácita possuem armas nucleares, como os que pretendem consegui-las — invertam conjuntamente a marcha mediante opções claras e decididas, orientando-se para um progressivo e concordado desarmamento nuclear. Os recursos assim poupados poderão ser destinados para projectos de desenvolvimento em benefício de todos os habitantes e, em primeiro lugar, dos mais pobres.

14. A este respeito, não é possível deixar de registar com pena os dados de um aumento preocupante dos gastos militares e do comércio sempre próspero das armas, enquanto permanece atolado no pântano duma indiferença quase geral o processo político e jurídico

actuado pela Comunidade Internacional para consolidar o caminho do desarmamento. Se se continua a investir na produção de armas e na pesquisa para criar novas, que futuro de paz será possível? Os votos que me vêm do fundo do coração são de que a Comunidade Internacional saiba reencontrar a coragem e a sabedoria de relançar com convicção e unidade o desarmamento, dando aplicação concreta ao direito à paz que pertence a todo o homem e povo. Empenhando-se por salvaguardar o bem da paz, os vários Organismos da Comunidade Internacional poderão reencontrar aquela autoridade que é indispensável para tornar credíveis e incisivas as suas iniciativas.

15. Os primeiros a beneficiarem duma decisiva opção pelo desarmamento serão os países pobres, que reclamam justamente, depois de tantas promessas, a actuação concreta do direito ao desenvolvimento. Tal direito foi reafirmado solenemente ainda na recente Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que celebrou este ano o 60o aniversário da sua fundação. A Igreja Católica, ao confirmar a própria confiança nesta Organização internacional, deseja-lhe uma renovação institucional e operativa que a ponha em condições de responder às novas exigências da época actual, marcada pelo vasto fenómeno da globalização. A Organização das Nações Unidas deve tornar-se um instrumento sempre mais eficiente para promover no mundo os valores da justiça, da solidariedade e da paz. A Igreja, por sua vez, fiel à missão recebida do seu Fundador, não se cansa de proclamar por todo o lado o « Evangelho da paz ». Animada como está pela firme persuasão de prestar um indispensável serviço a quantos se dedicam a promover a paz, ela lembra a todos que a paz, para ser autêntica e duradoura, deve ser construída sobre a rocha da verdade de Deus e da verdade do homem. Só esta verdade pode sensibilizar os ânimos para a justiça, abri-los ao amor e à solidariedade, encorajar a todos a trabalharem por uma humanidade livre e solidária. Sim, apenas sobre a verdade de Deus e do homem assentam os alicerces de uma paz autêntica.

16. Na conclusão desta mensagem, gostaria agora de dirigir-me particularmente aos que acreditam em Cristo, renovando-lhes o convite para se tornarem discípulos do Senhor atentos e disponíveis. Escutando o Evangelho, queridos irmãos e irmãs, aprendemos a fundar a paz sobre a verdade duma existência quotidiana inspirada no mandamento do amor. É necessário que cada comunidade se empenhe numa intensa e capilar obra de educação e testemunho que faça crescer em cada um a noção da urgência de descobrir sempre mais profundamente a verdade da paz. Ao mesmo tempo peço que se intensifique a oração, porque a paz é primariamente dom de Deus que se há-de implorar incessantemente. Graças à ajuda divina, será certamente mais convincente e iluminador o anúncio e o testemunho da verdade da paz. Com confiança e abandono filial, voltemos o olhar para Maria, a Mãe do Príncipe da Paz. Ao início deste novo ano, pedimos-Lhe que ajude todo o Povo de Deus a ser, em cada situação, agente de paz, deixando-se iluminar pela Verdade que nos torna livres (cf. *Jo 8, 32*). Pela sua intercessão, possa a humanidade crescer no apreço por este bem fundamental e comprometer-se na consolidação da sua presença no mundo, para entregar um futuro mais sereno e seguro às gerações que hão-de vir.

Vaticano, 8 de Dezembro de 2005.

BENEDICTUS PP. XVI

---

[1] *Apelo aos Chefes dos povos beligerantes* (1 de Agosto de 1917): AAS 9 (1917) 423.

[2] N. 77.

[3] *Ibid.*, n. 78.

[4] João Paulo II, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz 2004*, n. 9.

[5] Cf. João Paulo II, *Discurso à 50a Assembleia Geral das Nações Unidas* (5 de Outubro de 1995) n. 3.

[6] *De civitate Dei*, XIX, 13.

[7] N. 79.

[8] *Ibid.*

[9] *Mensagem para o Dia Mundial da Paz 2002*, n. 6.

[10] *Ibid.*

© Copyright 2005 - Libreria Editrice Vaticana

---

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana